



1º Trimestre

---

2017

34

CONJUNTURA

CARTA DE

**Governo Federal**  
**Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**  
**Ministro interino** Dyogo Henrique de Oliveira

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Ernesto Lozardo

**Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto**

Carlos Roberto Paiva da Silva

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das  
Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

**Diretor de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação  
e Infraestrutura**

João Alberto De Negri

**Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e  
Políticas Internacionais**

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

**Assessora-chefe de Imprensa e  
Comunicação**

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# MERCADO DE TRABALHO

*Maria Andréia Parente Lameiras<sup>1</sup>*

*Sandro Sacchet de Carvalho<sup>2</sup>*

## Sumário

O mercado de trabalho brasileiro vem enfrentando, ao longo dos últimos dois anos, um período de forte deterioração, combinando sucessivas retrações no nível de ocupação e renda. Apesar de uma melhora recente no nível de atividade, os efeitos positivos desta retomada sobre o cenário de emprego ainda estão em fase inicial e, portanto, são pouco evidentes, tendo em vista que o mercado de trabalho reage lentamente às mudanças nos ciclos econômicos.

Após encerrar o último trimestre de 2016 com uma taxa de desemprego de 12,6%, a desocupação continuou a acelerar em 2017, atingindo 13,2%, na média, entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017. Em que pese esta piora no comportamento da taxa, a análise das variáveis determinantes do desemprego mostra que, na margem, já há uma desaceleração no ritmo de contração da população ocupada, cujo impacto sobre a desocupação vem sendo anulado pela expansão da população economicamente ativa (PEA).

A análise mais detalhada dos números do mercado de trabalho, objetivo principal desta seção da *Carta de Conjuntura*, revela muitas informações importantes que mostram com mais clareza o que está por trás dos números agregados da taxa de desemprego. De acordo com os microdados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral, a PEA apresentou alta de 1,4%, em 2016, pressionada pelo comportamento dos declarados “não chefes de família”, cuja variação de 2,7% no período reflete o ingresso de um ou mais membros do domicílio na força de trabalho, a fim de recompor a renda familiar perdida com o agravamento da recessão.

No caso da ocupação, as estatísticas da PNADC revelam que os efeitos da crise atingem os trabalhadores de maneira diferenciada, afetando com maior intensidade a população mais jovem e com menor nível educacional. Na desagregação por faixa etária, nota-se que enquanto o número de jovens de 14 a 24 anos ocupados recuou 8,4%, em 2016, o contingente dos trabalhadores com mais de 59 anos cresceu 1,1%, sendo o único

---

<sup>1</sup> Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. E-mail: <maria-andreia.lameira@ipea.gov.br>.

<sup>2</sup> Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. E-mail: <sandro.carvalho@ipea.gov.br>.

segmento a apresentar variação positiva no ano passado. Já os trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos, que correspondem a 62% de toda a população ocupada, sofreram uma redução de 1,4% no ano passado.

De forma similar, a análise por nível de escolaridade revela que o impacto da desaceleração econômica sobre o nível de emprego foi mais forte nas duas faixas que abarcam os trabalhadores com menor grau de instrução. De fato, a população ocupada com o ensino fundamental incompleto retroagiu 5,6%, em 2016, resultado este que só não foi pior do que o apresentado pelo conjunto dos empregados que possuem o ensino fundamental completo, com recuo de 8,3%. Em sentido contrário, verifica-se que, após apresentar uma expansão de 6,5%, em 2015, o contingente de trabalhadores com o ensino superior voltou a registrar variação positiva em 2016 (2,5%), indicando que, mesmo durante o período mais grave da crise, a economia brasileira conseguiu gerar postos de trabalho destinados a pessoas com maior qualificação.

Apesar do aumento da ocupação entre os mais idosos e os mais escolarizados, a taxa de desemprego nesses segmentos também aumentou muito – devido ao crescimento mais elevado da PEA. A análise desagregada revela que a força de trabalho brasileira está modificando o seu perfil, tornando-se mais idosa e instruída. Se, no primeiro caso, este fenômeno é decorrente da acelerada transição demográfica brasileira, o segundo caso reflete uma série de políticas de aumento do acesso à educação iniciadas na década de 1990.

Embora os sinais de recuperação no mercado de trabalho originados pela ocupação ainda se mostrem difusos, o comportamento dos salários já apresenta uma tendência mais clara. Depois de apresentar uma queda de 4,0% no segundo trimestre de 2016, a taxa de crescimento interanual dos rendimentos reais iniciou uma trajetória de aceleração, de modo que, em fevereiro, já apontava alta de 1,3%.

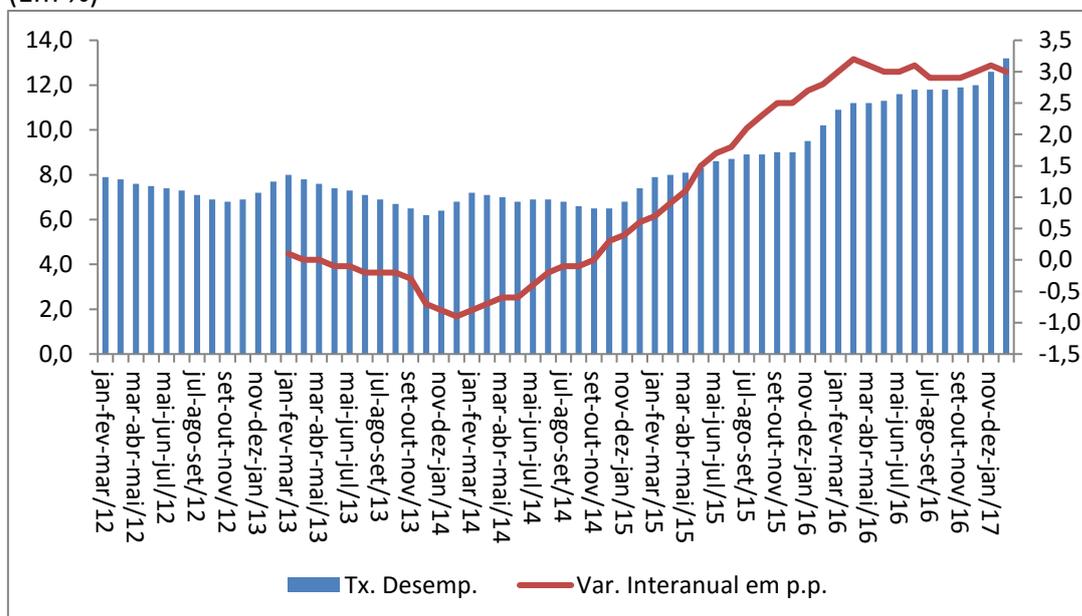
Dentro deste contexto, as perspectivas para o mercado de trabalho são favoráveis, ainda que nos próximos meses a taxa de desemprego deva se manter em patamar elevado. À medida que a retomada da economia se consolide, a taxa de desemprego deve começar a se reduzir lentamente no segundo semestre. Pelo lado dos rendimentos, a expectativa é de continuidade deste movimento recente de recuperação salarial possibilitado, em parte, pelo recuo da inflação. Logo, mesmo que de forma moderada, a conjunção da expansão dos rendimentos reais, atrelada à melhora de comportamento da população ocupada, deve impactar positivamente o comportamento da massa salarial, gerando incentivos à retomada do consumo das famílias.

## Taxa de Desemprego e Nível de Ocupação

De acordo com os dados da PNADC, a taxa de desemprego voltou a aumentar no último trimestre, após um período de relativa estabilidade, ainda que em patamar elevado. De acordo com o gráfico 1, a taxa média de desemprego entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017 foi de 13,2%, situando-se 3,0 p.p. acima do observado neste mesmo período do ano anterior. Apesar deste aumento na margem, a variação interanual do desemprego apresentou leve melhora quando comparada à do trimestre imediatamente anterior, o que pode ser o primeiro sinal de uma queda no ritmo de expansão da desocupação.

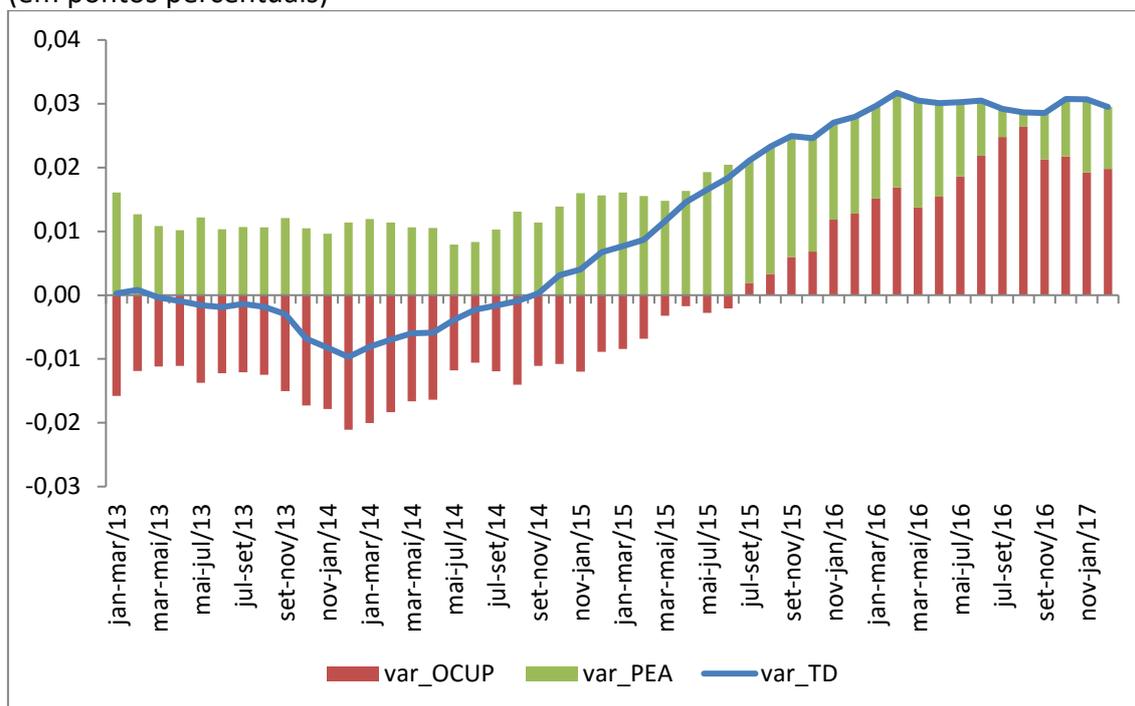
A taxa de desemprego, por definição, mantém uma relação direta com o nível de ocupação, ou seja, ela depende, fundamentalmente, do comportamento de duas variáveis chaves: população ocupada e população economicamente ativa (PEA). Logo, uma análise mais detalhada sobre o desempenho da taxa de desemprego deve, necessariamente, passar pelo estudo da dinâmica destes dois indicadores, tendo em vista que mesmo em um cenário de expansão do emprego é possível haver aumento da desocupação, caso a força de trabalho se expanda a uma velocidade maior que a criação de novos postos de trabalho. A análise do gráfico 2 revela que, apesar de manter uma trajetória contínua de elevação, a decomposição da variação interanual da taxa de desemprego indica, na margem, que já há uma pressão menor vindo da retração da população ocupada, cujos efeitos sobre a desocupação foram anulados pelo aumento do ritmo de crescimento da PEA nos últimos meses.

Gráfico 1  
**Taxa de Desemprego**  
(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC  
Elaboração: Ipea/Dimac.

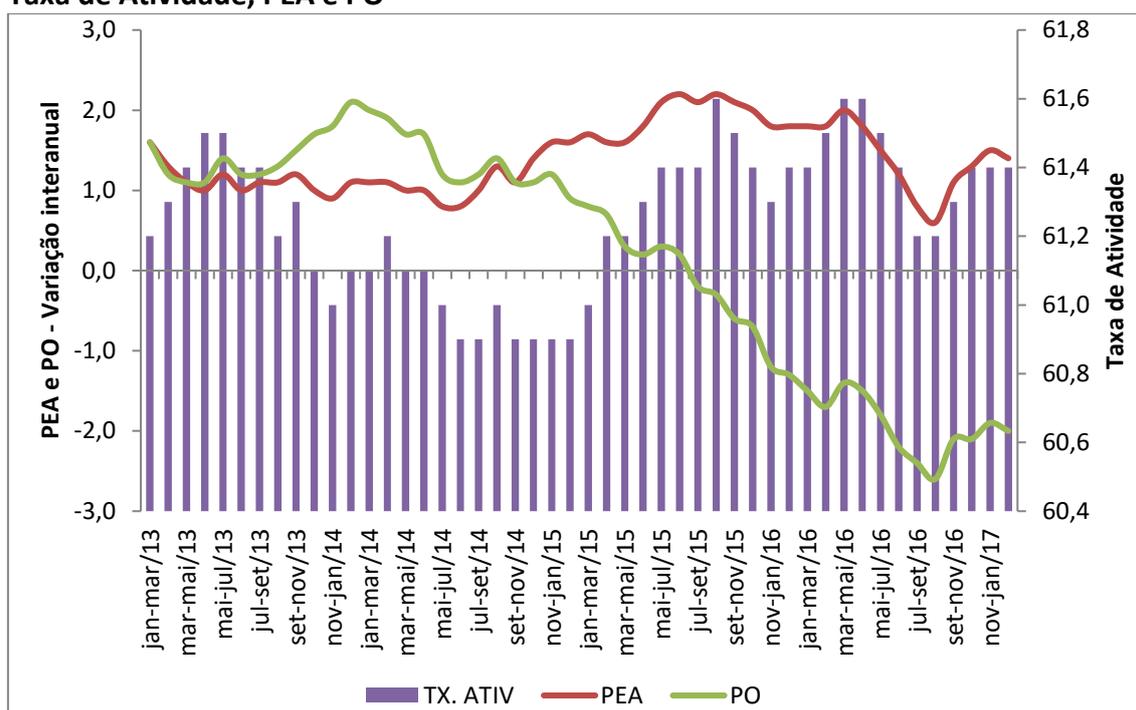
Gráfico 2  
**Decomposição da variação interanual da taxa de desemprego**  
 (em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/PNADC  
 Elaboração: Ipea/Dimac.

De fato, após registrar uma retração de 2,6% no trimestre agosto-outubro de 2016, em termos interanuais, a população ocupada vem reduzindo o seu ritmo de queda, de modo que, no último trimestre, encerrado em fevereiro de 2017, o recuo observado foi de 2,0%. Em contrapartida, a PEA, cujas taxas de variação interanuais estavam próximas a 1,0% nos últimos meses de 2016, vem acelerando e, na média do trimestre dezembro/16-fevereiro/17, aponta alta de 1,4%. Este aumento da PEA é acompanhado por um comportamento similar da população em idade ativa (PIA), que também registra taxas de crescimento da ordem de 1,4% nos últimos meses, gerando, por consequência, uma manutenção da taxa de atividade em nível próximo a 61,5% (gráfico 3).

Gráfico 3  
Taxa de Atividade, PEA e PO



Fonte: IBGE/PNADC  
Elaboração: Ipea/Dimac.

O estudo dos microdados da PNADC mostra que a crise vem afetando os diversos segmentos do mercado de trabalho de maneira distinta. Em que pese um aumento generalizado da taxa de desemprego em todos os segmentos, a magnitude desta alta e os fatores que a desencadeiam guardam algumas especificidades (tabela 1).

Em termos percentuais, a taxa de desemprego brasileira registrou alta de 34% no quarto trimestre de 2016 quando comparada à do mesmo período de 2015. Entretanto, na divisão por regiões, nota-se que este aumento se deu de forma diferenciada, tendo em vista que a desocupação nas regiões Norte e Centro-Oeste apresentou, em 2016, uma taxa quase 50% maior que a registrada em 2015, na mesma base de comparação. Em sentido oposto, o desemprego no Sudeste variou 28% entre o quarto trimestre de 2015 e o quarto trimestre de 2016, abaixo, portanto do crescimento da taxa média nacional de desemprego. A tabela A.1, no apêndice, retrata a evolução do desemprego por estados da federação.

**TABELA 1**  
**Taxa de Desemprego**  
**(Em %)**

	2014				2015				2016			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	7,2%	6,8%	6,8%	6,5%	7,9%	8,3%	8,9%	9,0%	10,9%	11,3%	11,8%	12,0%
Centro_Oeste	5,9%	5,6%	5,4%	5,3%	7,3%	7,4%	7,5%	7,4%	9,7%	9,7%	10,0%	10,9%
Nordeste	9,3%	8,8%	8,6%	8,3%	9,6%	10,3%	10,8%	10,5%	12,8%	13,2%	14,1%	14,4%
Norte	7,7%	7,2%	6,9%	6,8%	8,7%	8,5%	8,8%	8,6%	10,5%	11,2%	11,4%	12,7%
Sudeste	7,0%	6,9%	6,9%	6,6%	8,0%	8,3%	9,0%	9,6%	11,4%	11,7%	12,3%	12,3%
Sul	4,4%	4,1%	4,2%	3,8%	5,1%	5,5%	6,0%	5,7%	7,3%	8,0%	7,9%	7,7%
Masculino	5,9%	5,8%	5,7%	5,6%	6,6%	7,1%	7,7%	7,7%	9,5%	9,9%	10,5%	10,7%
Feminino	8,8%	8,2%	8,2%	7,7%	9,6%	9,8%	10,4%	10,6%	12,7%	13,2%	13,5%	13,8%
de14a24anos	16,8%	16,2%	16,2%	15,2%	19,0%	19,5%	20,8%	20,9%	26,4%	26,7%	27,7%	27,9%
de25a59anos	5,2%	5,0%	4,9%	4,8%	5,8%	6,2%	6,6%	6,7%	7,9%	9,2%	9,6%	9,9%
maisde59anos	2,1%	1,9%	1,9%	2,0%	2,1%	2,6%	2,7%	2,5%	3,3%	4,8%	5,2%	5,2%
Não Chefe Família	10,1%	9,7%	9,6%	9,2%	11,3%	11,6%	12,4%	12,3%	15,0%	15,3%	15,8%	16,0%
Chefe Família	3,7%	3,5%	3,4%	3,4%	4,0%	4,5%	4,8%	5,1%	6,1%	6,6%	7,0%	7,2%
fund_incomp	6,0%	5,8%	5,7%	5,7%	6,5%	7,1%	7,9%	7,9%	9,1%	9,7%	10,5%	11,3%
fund_comp	7,7%	7,6%	7,4%	7,3%	8,3%	9,0%	9,7%	9,8%	11,6%	12,9%	13,4%	13,4%
medio_incomp	12,4%	12,2%	11,8%	12,1%	14,0%	13,8%	15,3%	16,2%	20,4%	20,6%	21,4%	22,0%
medio_comp	8,4%	8,0%	7,9%	8,0%	9,4%	9,9%	10,1%	10,1%	12,7%	12,8%	13,2%	13,2%
superior	5,1%	4,6%	4,6%	4,3%	5,8%	5,6%	6,2%	6,2%	7,6%	7,8%	7,8%	7,6%
RM	8,0%	8,1%	7,8%	7,3%	8,8%	9,1%	9,7%	9,8%	11,9%	12,6%	13,5%	13,5%
NRM	6,5%	5,9%	5,9%	5,9%	7,3%	7,7%	8,3%	8,4%	10,1%	10,4%	10,5%	10,9%

Fonte: IBGE/PNAD  
Elaboração: Ipea/Dimac.

Na análise do desemprego por faixa etária, observa-se que, apesar de apresentar a menor taxa de desemprego em termos absolutos, o segmento dos trabalhadores mais velhos – 59 anos ou mais – registrou a maior taxa de variação entre 2015 e 2016, dobrando de patamar ao passar de 2,5% para 5,2%. Esta alta da desocupação entre os mais idosos vem ocorrendo apesar da expansão da ocupação nesta faixa etária. Durante todo o ano de 2016, a população ocupada com mais de 59 anos aumentou 1,1%, resultado insuficiente para sobrepor-se ao aumento de 2,7% de pessoas ingressantes na força de trabalho. Em contrapartida, o aumento da desocupação das outras duas faixas etárias é resultante de uma combinação de aumento da PEA e recuo da ocupação. No caso dos trabalhadores com idade entre 25 e 59 anos, observa-se que, enquanto a ocupação retroagiu 1,4%, a força de trabalho sofreu um incremento de 1,2%. Por fim, em relação à taxa de desemprego dos mais jovens, nota-se que, mesmo em um cenário de retração da PEA (-0,6%), a desocupação deste grupo manteve-se elevada ao longo do último ano, refletindo a forte contração da população ocupada (-8,4%). Em todas as faixas, observa-se que o comportamento da PEA segue a mesma trajetória da PIA, o que vem contribuindo para manter a taxa de atividade relativamente estável (tabela A.2 no apêndice).

Assim como verificado no segmento dos mais idosos, a taxa de desemprego dos mais escolarizados também aponta aceleração mesmo em um ambiente de expansão da ocupação. No caso dos trabalhadores com curso superior completo, nota-se que a população ocupada vem

crescendo ao longo dos últimos dois anos, indicando que a economia brasileira vem conseguindo gerar empregos para as pessoas mais qualificadas, apesar da recessão. Em 2016, a população ocupada deste subconjunto apontou alta de 2,5%, abaixo, portanto, do aumento de 4,5% da PEA, gerando um aumento do nível de desemprego (5,9% em 2015 para 7,7% em 2016, na média anual). Ainda que em menor escala, a ocupação dos trabalhadores com ensino médio completo também avançou em 2016 (1,4%), o que, entretanto, também não foi o suficiente para acomodar o aumento da PEA (5,0%).

Em sentido contrário, em que pese o aumento da desocupação entre os menos escolarizados, esta vem sendo atenuada pela contração da força de trabalho deste segmento. Após registrar recuo de 1,5% em 2015, o contingente de trabalhadores em atividade com ensino fundamental completo voltou a apresentar queda na em 2016 (4,5%), anulando, em parte, os efeitos da contração da ocupação (8,3%) sobre a taxa de desemprego que, na média, saltou de 9,2% em 2015 para 12,8% em 2016.

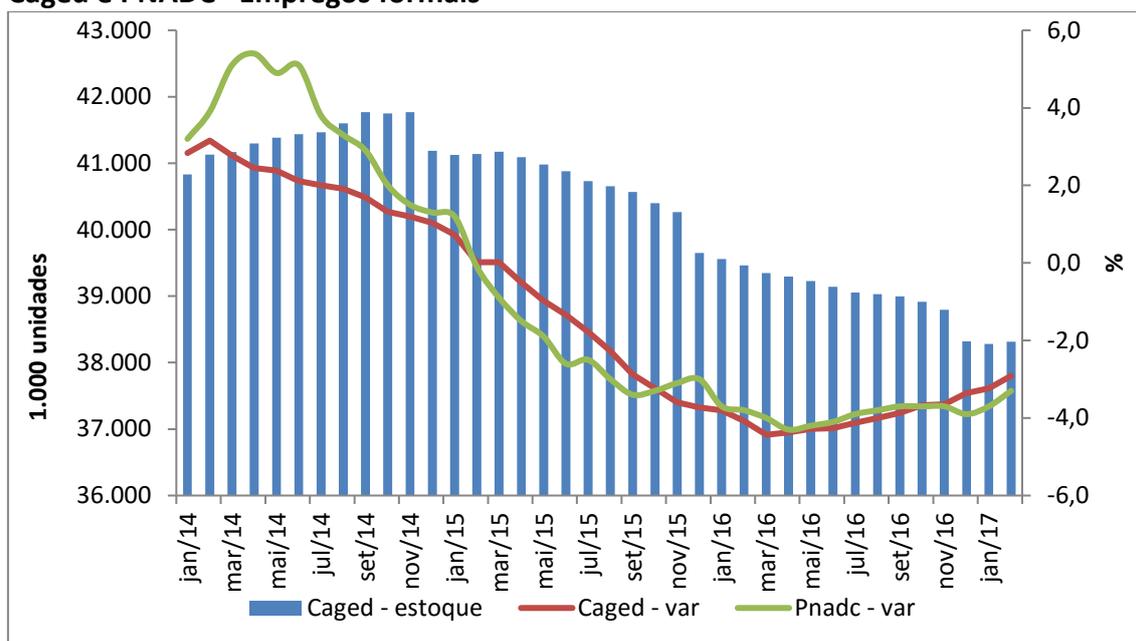
De modo geral, os dados da PNADC revelam que a força de trabalho brasileira vem mudando o seu perfil, tornando-se mais velha – fenômeno decorrente da dinâmica demográfica – e escolarizada – reflexo das políticas de ampliação do acesso à educação iniciadas na década de 1990.

### **Formalização do Mercado de Trabalho**

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) revelam que o contingente de trabalhadores com carteira assinada no país, embora apresente sucessivas retrações, vem diminuindo o seu ritmo de contração. Em fevereiro, a economia brasileira empregava formalmente 38,3 milhões de pessoas, o que representa uma queda de 2,9% em relação ao observado em fevereiro do ano anterior (gráfico 4). No entanto, a comparação com os meses anteriores torna evidente a mudança de trajetória da taxa de variação interanual do estoque de empregos celetistas, que chegou a registrar quedas próximas a 4,0% na primeira metade de 2016. Em linha com o Caged, os resultados da PNADC também mostram uma desaceleração no ritmo de queda da população ocupada no mercado formal. No último trimestre, encerrado em fevereiro de 2017, o total de empregados com carteira no setor privado, medido pela pesquisa do IBGE, apontou recuo de 3,3%. O que vem a ser o melhor resultado neste tipo de comparação desde o último trimestre de 2015 (gráfico 4).

Gráfico 4

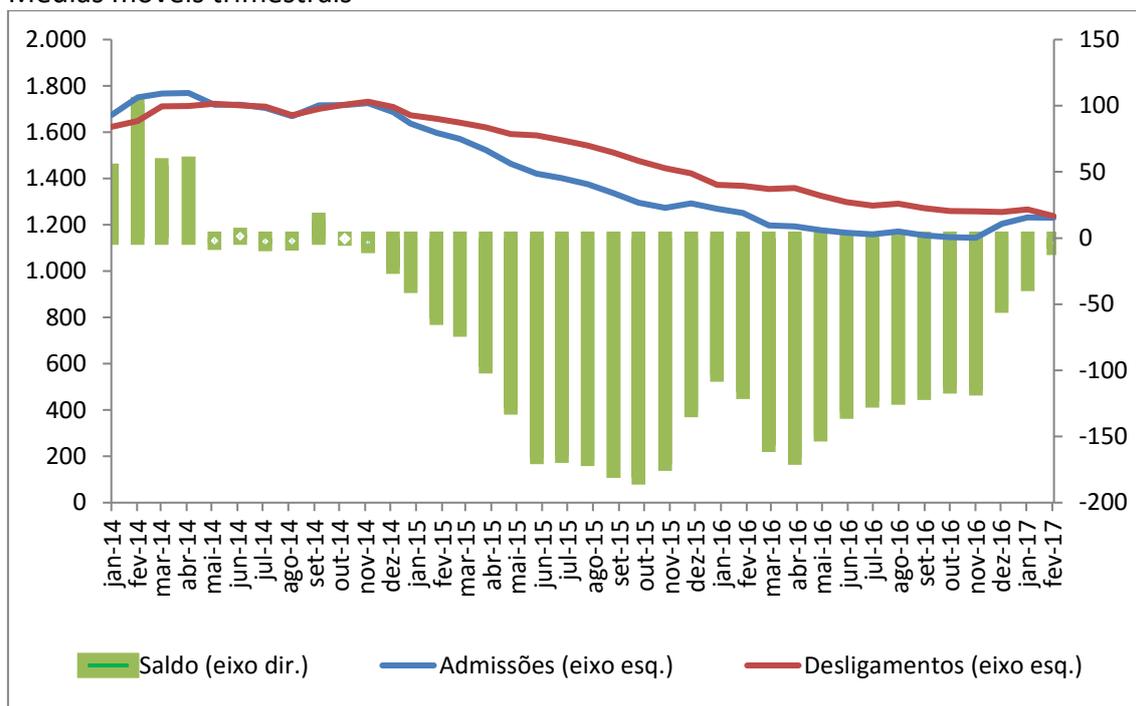
**Caged e PNADC– Empregos formais**



Fonte: MTE/Caged.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

A análise dos fluxos dos dados do Caged parece indicar o início de uma leve recuperação do emprego no país. Após registrar durante 22 meses destruição de vagas de trabalho, o cadastro apresentou, em fevereiro, a criação de 35,6 mil novos postos com carteira assinada. De acordo com o gráfico 5, nota-se que esta melhora mais recente vem sendo proporcionada não só pela diminuição do número de demissões, mas também pela retomada do aumento das contratações.

Gráfico 5  
**Caged - Fluxos mensais dessazonalizados**  
 Médias móveis trimestrais



Fonte: MTE/Caged.  
 Elaboração: Ipea/Dimac.

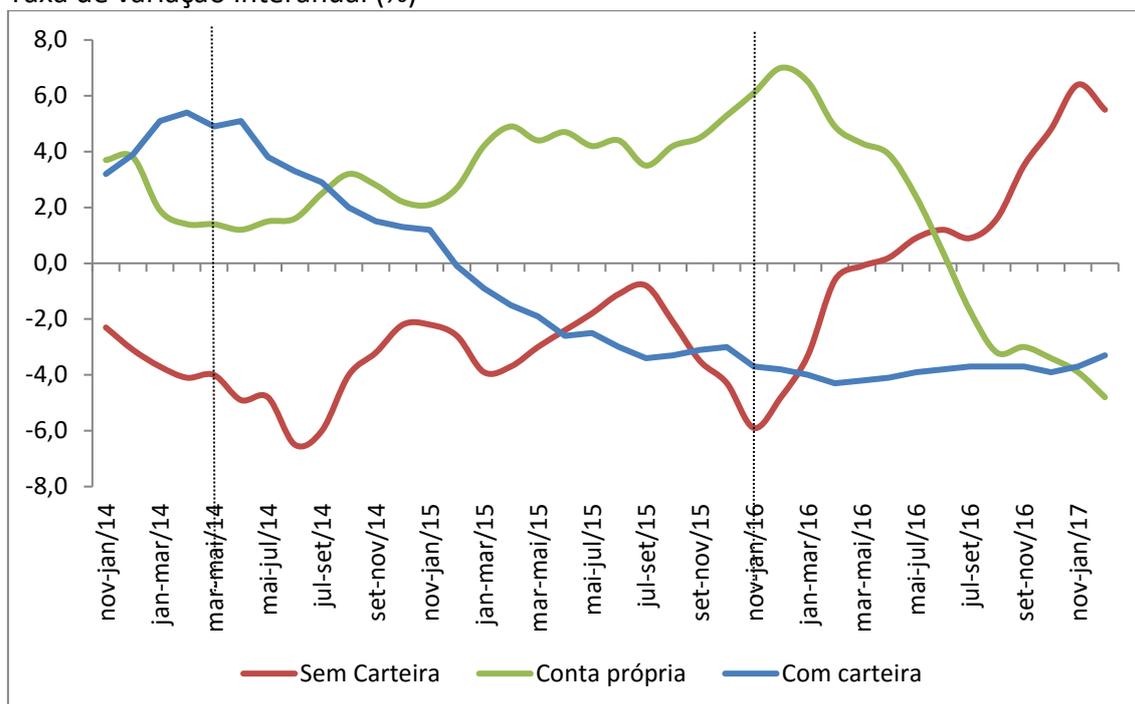
Se o emprego formal vem, paulatinamente, reduzindo o ritmo de contração, o mesmo não se verifica em relação ao conjunto dos trabalhadores sem carteira assinada. Depois de iniciar o ano de 2016 com uma taxa de variação de -5,9%, os empregados do setor informal foram revertendo sua trajetória de queda de modo que, no último trimestre, já apontam expansão de 5,5% (gráfico 6). Nota-se, entretanto, que este crescimento dos empregados informais vem acontecendo concomitantemente com o recuo do número de trabalhadores por conta própria, cuja alta de 6,1% observada em janeiro de 2016 retrocedeu fortemente ao longo dos últimos meses, desencadeando uma retração de 4,8% em fevereiro último.

Esta mudança no comportamento dos chamados “conta própria” parece ser decorrente de um mecanismo intrínseco ao mercado de trabalho durante os períodos de crise. Ao se analisar um escopo maior de tempo, verifica-se que, num primeiro momento, houve uma transição de trabalhadores que saíram do mercado formal, por conta das demissões, para empreendimentos por conta própria. Essa dinâmica, inclusive, foi uma das principais causas que impediram uma aceleração mais acentuada da taxa de desemprego em 2015, mesmo em face de um aprofundamento da crise, pois evitou pressões adicionais sobre o contingente dos desocupados. No decorrer dos meses, entretanto, à medida que a desaceleração econômica se mostrava cada vez mais intensa, a permanência desses trabalhadores no mercado foi ficando mais difícil, levando uma parte para a informalidade e outra para a desocupação.

Gráfico 6

**PANDC – Posição na ocupação**

Taxa de variação interanual (%)



Fonte: IBGE/PNADC.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

Os dados de transição extraídos dos microdados (por trabalhador) da PNADC mostram uma mudança no perfil dos trabalhadores que saem do mercado formal em direção ao segmento “conta própria”. No início da pesquisa, em 2012, a grande maioria dessas pessoas possuía apenas o ensino fundamental incompleto (34%), enquanto aqueles com ensino superior respondiam por 16%. Com a crise, houve um aumento do número de trabalhadores mais escolarizados que deixaram de ser empregados formais e foram empreender por conta própria, fazendo com que a participação deste grupo passasse a 25% no fim de 2016. Na outra ponta, os trabalhadores com menor grau de instrução foram reduzidos a 23%.

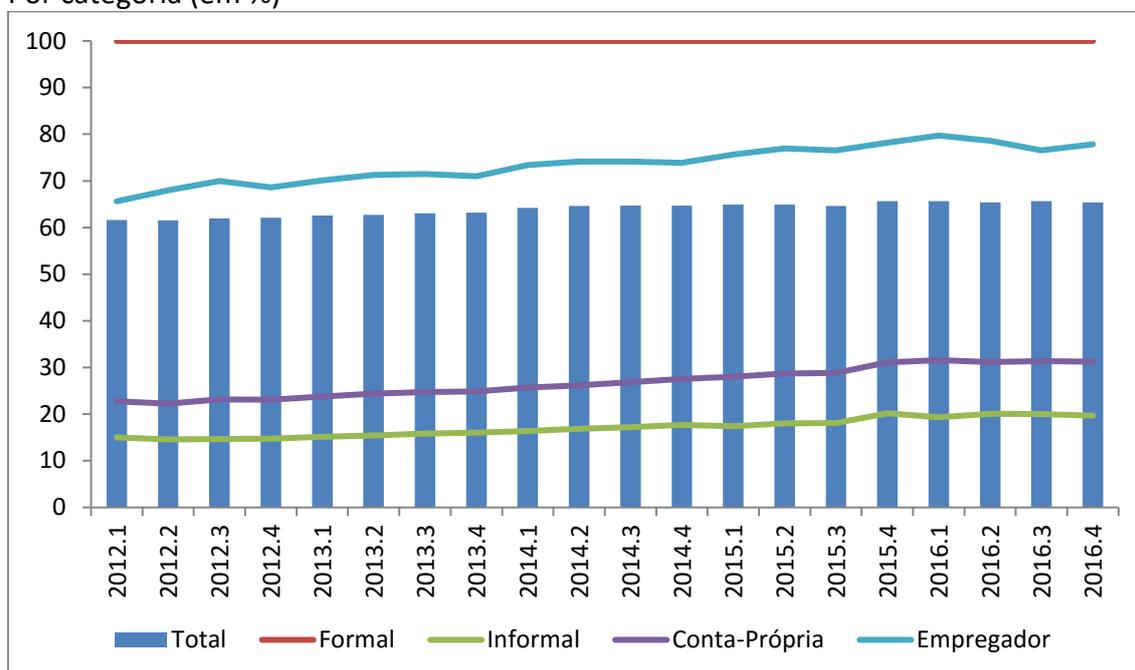
Ainda de acordo com a PNADC, os dados de transição mostram que aproximadamente 46% dos trabalhadores que migram do segmento “conta própria” para a informalidade são aqueles com menor nível educacional, ao passo que os mais escolarizados correspondem a apenas 11%.

Em que pese o fato da contração da ocupação com carteira no país, o nível de formalização do mercado de trabalho brasileiro vem apresentando uma ligeira alta, passando de 61% no primeiro trimestre de 2012 para 65% no último trimestre de 2016. Esta melhora é decorrente do aumento nas contribuições para a previdência social das demais ocupações, sobretudo dos “conta própria” e empregadores, ensejando que parte dos trabalhadores que saiu do mercado formal continuou a contribuir para a previdência.

Gráfico 7

### Percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social

Por categoria (em %)



Fonte: IBGE/PNADC.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

### Emprego Setorial

Em termos setoriais, os dados do Caged e da PNADC apresentam, de uma maneira geral, um cenário bem semelhante, pontuado pela melhora do desempenho da indústria e dos serviços, além de uma estabilidade – em patamar ruim – da construção civil. O ponto de divergência entre as pesquisas se restringe, basicamente, à trajetória da agropecuária.

No caso das semelhanças, ambas as pesquisas mostram que, apesar de ainda registrar queda na ocupação, a indústria de transformação vem reduzindo o seu ritmo de destruição de empregos, sinalizando uma melhora de perspectiva compatível com o desempenho mais recente da atividade industrial, com expansão interanual de 0,8% no último trimestre móvel encerrado em fevereiro. Seguindo a mesma tendência da indústria, o setor de serviços também aponta uma melhora, influenciada, sobretudo, pela atuação dos segmentos de “alojamento e alimentação”, “intermediação financeira” e “outros serviços” ligados a empresas (tabela 2). Ainda no campo das similaridades, tanto a pesquisa do IBGE quanto a do Ministério do Trabalho revelam o forte impacto que a crise vem causando no setor da construção civil. De acordo com a PNADC, desde o último trimestre de 2016, a população ocupada neste segmento vem retroagindo a taxas próximas de 10%. O mesmo quadro de expressiva desaceleração é observado no Caged, que aponta uma destruição de mais de 350 mil postos de trabalho nos últimos 12 meses, encerrados em fevereiro (gráfico 8).

Tabela 2

**PNADC- População Ocupada por setores**

(Taxa de variação interanual - %)

	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16	3º Trim-16	4º Trim-16	Dez/16-Fev/17
agricultura	-1,4	-0,8	-1,1	-1,5	-4,7	-4,5	-7,4
industria	-3,9	-7,9	-11,5	-11,0	-10,1	-7,7	-4,3
construcao	-4,0	2,0	-1,2	3,9	-2,3	-10,8	-9,7
comercio	2,1	1,0	0,0	-1,0	-2,8	-0,4	-1,1
admpublica/Saúde/Educação	2,0	1,8	2,4	3,1	2,0	-0,7	-1,6
Transporte e Correios	3,4	5,8	4,3	5,0	5,2	2,2	1,6
Aloamento e Alimentação	3,1	6,3	4,0	3,8	8,0	5,4	9,0
ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	-1,2	-9,1	-6,3	-10,0	-9,3	1,8	2,2
Outros Serv.	-1,3	-1,7	0,2	-0,5	2,3	4,0	2,9
Serv. Domésticos	0,6	6,8	4,3	5,3	2,8	-3,7	-3,1

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

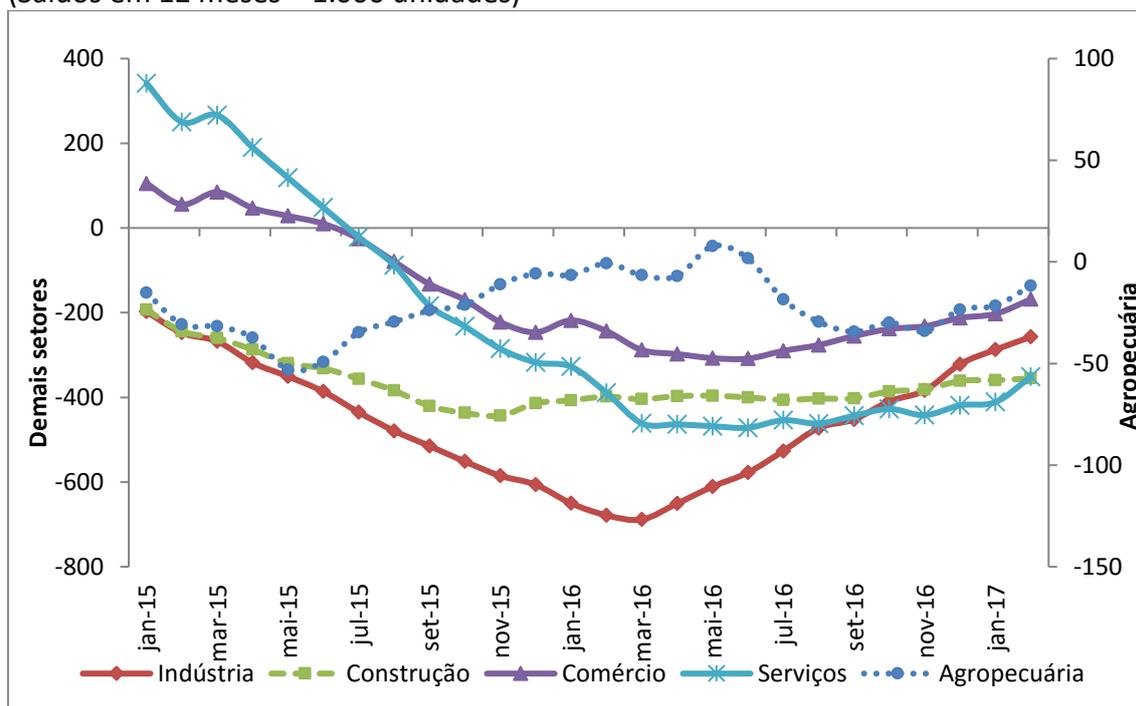
A análise dos dados de transição da PNADC por trabalhador revela que o conjunto dos trabalhadores que foram dispensados da construção civil e que ainda não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho é formado, na sua maioria, por pessoas com idade entre 25 e 49 anos (62%) e que possuem apenas o ensino fundamental incompleto (54%). Apenas 19% desse contingente eram empregados com carteira, enquanto os demais ou estavam na informalidade (28%), ou eram “conta própria” (53%).

A disparidade entre a ocupação formal e a informal é o principal fator explicativo das diferenças encontradas na PNADC e no Caged em relação ao desempenho do emprego no setor agropecuário. Enquanto a pesquisa do IBGE revela que a população ocupada neste setor retroagiu 7,5% na comparação interanual, no trimestre encerrado em fevereiro de 2017, os dados do Ministério do Trabalho revelam que neste mesmo período a contração foi de apenas 1,2%. De fato, os microdados da PNADC apontam que 84% dos trabalhadores dispensados do setor agropecuário não estavam cobertos pelo regime celetista.

Gráfico 8

**Caged – Setores Selecionados**

(Saldos em 12 meses – 1.000 unidades)



Fonte: MTE/Caged.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

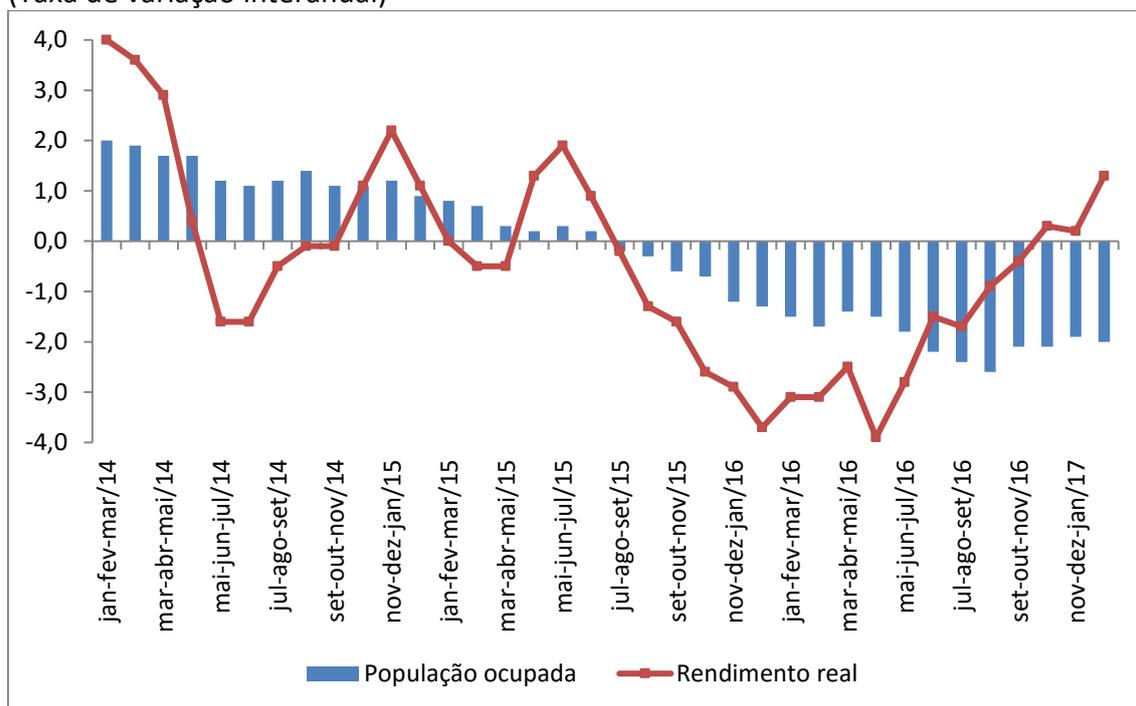
**Rendimentos**

Se a melhora das condições no mercado de trabalho ainda não dá sinais claros no que diz respeito à ocupação, o mesmo não se pode afirmar em relação aos rendimentos. De fato, tanto os dados da PNADC quanto do Caged revelam que, na margem, os salários reais apontam um leve aumento. De acordo com a pesquisa do IBGE, após registrar uma retração de 3,9%, em termos interanuais, no segundo trimestre de 2016, os rendimentos reais habitualmente recebidos vêm apresentando uma melhora contínua, de tal forma que no último trimestre, encerrado em fevereiro de 2017, já apontavam alta de 1,3% (gráfico 9).

Gráfico 9

**PNADC – População Ocupada e Rendimento Médio Real**

(Taxa de variação interanual)



Fonte: IBGE/PNADC.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

Boa parte desta alta nos rendimentos é explicada pelo desempenho do setor público, com taxa de expansão de 5,1% no último trimestre. Ainda que em menor escala, os trabalhadores do setor privado também obtiveram reajustes reais entre outubro e dezembro de 2016 (tabela 3). Em contrapartida, os rendimentos auferidos pelos empregadores e pelos “conta própria” mantiveram suas trajetórias de retração, iniciadas há pelo menos um ano e meio. No que diz respeito aos setores, nota-se que, à exceção da “construção civil”, “dos serviços de intermediação financeira” e dos “serviços domésticos”, todos os demais segmentos apresentaram aumento de rendimentos no último trimestre.

Tabela 3  
**PNADC- Rendimento Médio Real por Setores**  
 (Taxa de variação interanual - %)

	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16	3º Trim-16	4º Trim-16	Dez/16-Fev/17
Brasil	-0,2	-2,6	-3,1	-3,9	-1,7	0,3	1,3
agricultura	-2,4	-3,4	-8,0	-5,9	-0,9	1,5	6,9
industria	-0,9	2,5	-3,3	-5,3	-1,0	-4,6	-2,3
construcao	-0,9	-0,7	-0,1	2,3	-1,5	-0,4	-1,0
comercio	-1,0	-5,6	-5,5	-3,8	-1,7	1,7	2,3
Transporte e Correios	-1,6	-6,3	-4,3	-3,2	-2,9	-2,9	-2,2
Aloamento e Alimentação	-1,4	-4,3	-3,6	-3,3	-7,7	-3,5	-3,5
ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	-0,6	-2,6	1,1	-4,0	1,0	3,2	0,5
admpublica Saúde e Educação	2,8	0,6	-1,1	-1,3	-0,8	1,1	3,6
Outros Serv.	-2,6	-4,2	-7,5	-7,6	-4,3	-4,0	0,2
Serv. Domésticos	-1,3	-2,0	-0,3	-0,6	0,6	0,6	-0,4
Setor Privado com carteira	0,5	-1,0	-1,0	-4,0	-1,3	1,1	0,6
Setor Privado sem carteira	0,8	1,0	-5,1	5,4	1,3	-3,8	1,4
Setro Público	1,2	0,3	0,4	2,1	1,3	2,3	5,1
Empregadores	-1,5	-5,8	-4,3	-10,1	-9,3	-0,2	-0,6
Conta Própria	-4,2	-5,9	-3,9	-4,6	-1,8	-3,5	-2,5

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

\* Rendimento do trabalho principal.

Ainda em relação aos rendimentos, os microdados da PNADC descritos na tabela 4 mostram a evolução da distribuição da média dos salários reais por faixa de renda (decil). As únicas faixas que apresentaram aumento real no rendimento na comparação entre o quarto trimestre de 2016 e o mesmo trimestre do ano anterior foram as mais baixas (segunda, terceira e quarta), além da mais alta (décima). Na margem, entretanto, apenas duas faixas (quarta e nona) registraram expansão no último trimestre do ano passado. De uma maneira geral, à exceção da terceira, quarta e nona faixas – que, na média, apontaram leve alta em 2016 –, todos os demais segmentos obtiveram rendimentos abaixo dos alcançados em 2015, desencadeando uma estabilidade do coeficiente de Gini (calculado apenas com rendimentos do trabalho). O índice indicava 0,492 no último trimestre de 2014 e manteve-se estável em 0,49 durante 2015, passando a 0,488 em 2016.

Tabela 4

**Taxa de variação da média dos rendimentos reais por faixa de renda - 2016**

(Em %)

Faixa de renda (por decil)	Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior				Variação em relação ao trimestre anterior			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
0-10	-13,2	-8,1	17,6	-1,7	-3,2	2,2	19,8	-17,0
10_20	-11,2	-3,6	0,6	0,4	2,3	-0,4	5,9	-7,0
20-30	-2,1	1,3	0,9	3,4	4,8	-6,5	6,3	-0,7
30-40	1,1	1,4	2,2	4,0	6,9	-3,4	0,5	0,2
40-50	-6,2	-0,7	-2,9	-1,6	-1,1	-1,4	1,1	-0,2
50-60	-9,5	6,0	-3,3	-2,1	-3,1	1,0	0,6	-0,5
60-70	-7,5	-4,8	-3,8	-2,6	-1,2	0,5	-1,4	-0,5
70-80	-6,7	8,6	2,7	-4,0	-0,2	-2,0	-1,4	-0,4
80-90	-8,7	10,6	6,1	-2,3	-3,2	-0,8	1,4	0,4
90-100	-8,1	5,1	0,1	2,0	-1,4	-1,7	5,2	0,0

Nota: no primeiro decil (0-10) estão os 10% de trabalhadores que recebem menor remuneração.

Já o o último decil (90-100), reúne os 10% de trabalhadores com maior remuneração.

Fonte: IBGE/PNADC.

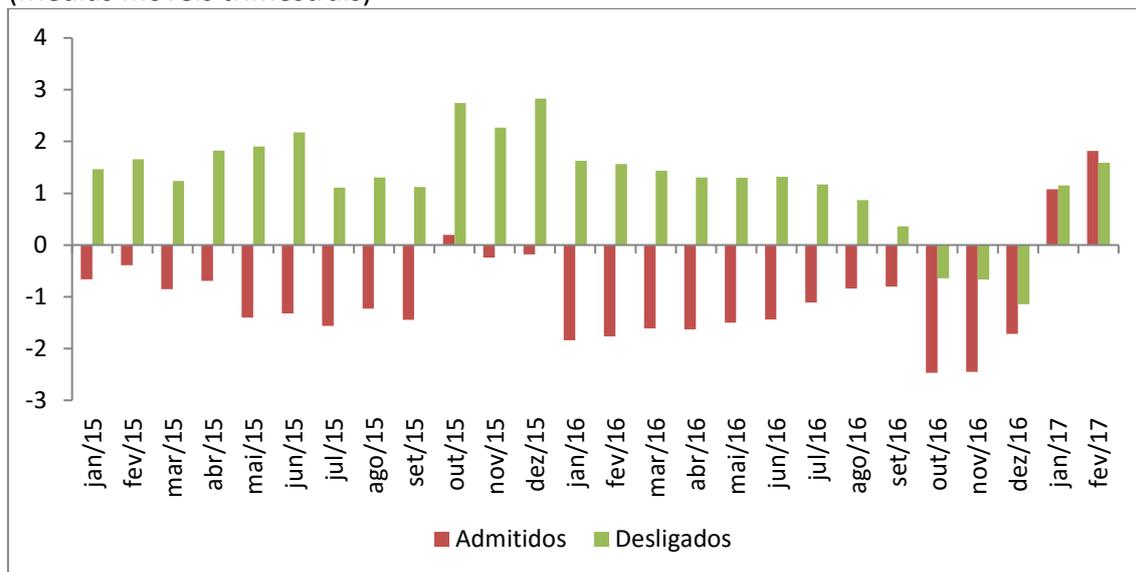
Elaboração: Ipea/Dimac.

Assim como na PNADC, os dados do Caged também mostram uma melhora recente dos salários na economia. De acordo com o gráfico 10, verifica-se que, após registrar quedas consecutivas durante todo o ano de 2015 e 2016, os salários de admissão voltaram a apontar uma expansão das suas taxas de crescimento anuais. Apesar desta alta, em fevereiro, na média, os salários dos admitidos giravam em torno de R\$ 1.340,00, enquanto os desligados possuíam remuneração média de R\$ 1.640,00.

Esta recuperação, ainda que modesta, dos rendimentos reais, atrelada ao recuo menos intenso da população ocupada, vem impactando positivamente o comportamento da massa salarial, revertendo uma forte trajetória de queda iniciada no segundo trimestre de 2014 (gráfico 11). Em fevereiro, após sucessivas taxas de variação negativas, a massa salarial real habitualmente recebida mostrou crescimento nulo em relação ao observado no mesmo trimestre do ano anterior, o que pode ser encarado como o início de uma recuperação do poder de compra das famílias.

Gráfico 10

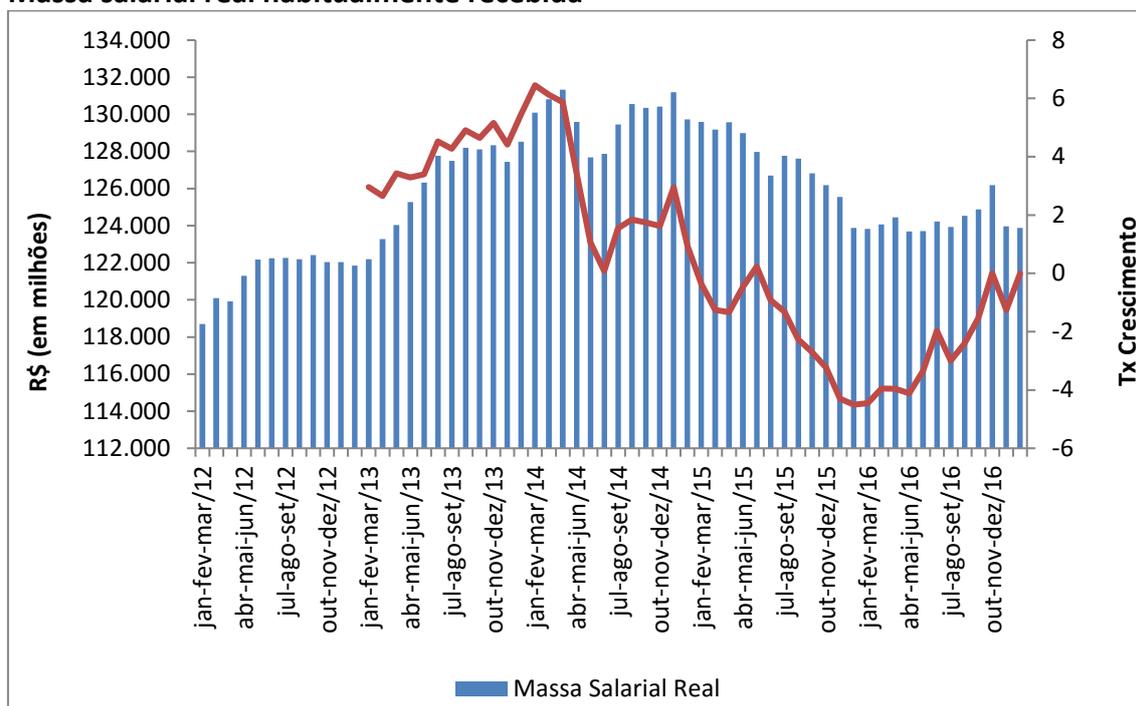
**Caged – Taxa de crescimento anual dos salários reais**  
(Médias móveis trimestrais)



Fonte: MTE/Caged.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

Gráfico 11

**Massa salarial real habitualmente recebida**



Fonte: IBGE/PNADC.  
Elaboração: Ipea/Dimac.

**Perspectivas**

Para os próximos meses, a expectativa é de uma relativa estabilidade nas condições do mercado de trabalho, o que deve manter a taxa de desocupação em patamares pouco confortáveis. Em que pese a melhora do nível de atividade já a partir do primeiro trimestre do ano, o emprego

tende a reagir lentamente às mudanças nos ciclos econômicos. Adicionalmente, os últimos dados parecem sinalizar que a reação deve ocorrer, em um primeiro momento, por meio da recuperação dos rendimentos reais – já beneficiados pela desaceleração da inflação – e, posteriormente, pela melhora no desempenho da ocupação. No entanto, mesmo que em ritmo moderado, o crescimento dos salários aliado à desaceleração da queda da ocupação já repercute positivamente sobre a massa salarial real, gerando incentivos à retomada do consumo das famílias.

**APÊNDICE**

**TABELA A.1**

**PNADC- Taxa de Desemprego por UF**

UF	2° T. 2014	3° T. 2014	4° T. 2014	1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T. 2015	1° T. 2016	2° T. 2016	3° T. 2016	4° T. 2016
Rondônia	4,11	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44	7,82
Acre	9,56	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08	11,67
Amazonas	8,26	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57	14,83
Roraima	5,24	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71	9,22
Pará	7,02	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96	12,67
Amapá	9,91	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86	16,75
Tocantins	7,65	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75	13,07
Maranhão	7,16	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87	12,95
Piauí	7,01	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38	8,83
Ceará	7,49	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06	12,41
Rio Grande do Norte	11,53	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12	14,67
Paraíba	8,77	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77	11,94
Pernambuco	7,92	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33	15,61
Alagoas	9,65	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76	14,75
Sergipe	9,56	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24	14,97
Bahia	10,10	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91	16,64
Minas Gerais	6,82	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2	11,11
Espírito Santo	6,49	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72	13,6
Rio de Janeiro	6,44	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11	13,44
São Paulo	7,04	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78	12,41
Paraná	4,15	4,07	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49	8,05
Santa Catarina	2,78	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36	6,16
Rio Grande do Sul	4,90	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24	8,25
Mato Grosso do Sul	3,93	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66	8,16
Mato Grosso	3,93	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95	9,49
Goiás	5,39	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47	11,2
Distrito Federal	9,19	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12	13,87

TABELA A.2

## PNADC – Indicadores do Mercado de trabalho

	PO					PEA					PIA					TX. ATIV.				
	2015		2016			2015		2016			2015		2016			2015		2016		
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.		1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.		1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.		1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	
Brasil	0,0%	-1,5%	-1,5%	-2,4%	-2,1%	1,9%	1,8%	1,8%	0,8%	1,3%	1,5%	1,1%	1,3%	1,2%	1,3%	61,3%	61,4%	61,6%	61,2%	61,4%
Centro_Oeste	-0,2%	-1,3%	0,2%	-0,4%	-0,4%	1,7%	1,3%	2,7%	2,4%	3,5%	1,9%	1,7%	2,2%	2,0%	2,2%	64,9%	64,8%	65,5%	64,9%	65,6%
Nordeste	0,0%	-3,7%	-3,9%	-6,4%	-5,5%	1,7%	-0,1%	-0,7%	-2,8%	-1,2%	1,5%	1,2%	1,3%	1,5%	1,6%	57,0%	56,1%	56,0%	55,0%	55,0%
Norte	0,8%	0,3%	-0,2%	-2,9%	-3,5%	2,4%	2,3%	2,8%	-0,1%	1,0%	2,0%	2,1%	2,6%	2,3%	2,4%	61,4%	61,4%	61,3%	60,3%	60,5%
Sudeste	0,0%	-1,1%	-0,9%	-1,1%	-0,7%	2,0%	2,7%	2,9%	2,5%	2,5%	1,3%	0,7%	1,0%	0,7%	0,9%	62,4%	63,1%	63,5%	63,6%	63,8%
Sul	0,0%	-0,1%	-0,9%	-0,6%	-1,3%	1,5%	2,3%	1,8%	1,4%	0,8%	1,2%	1,1%	1,3%	1,3%	1,0%	64,0%	64,6%	64,3%	63,9%	64,3%
Masculino	-0,2%	-1,2%	-1,1%	-2,1%	-2,6%	1,4%	1,9%	1,9%	1,0%	0,6%	1,6%	1,2%	1,5%	1,5%	1,4%	72,4%	72,7%	72,5%	72,0%	72,0%
Feminino	0,4%	-1,9%	-2,1%	-3,0%	-1,5%	2,5%	1,6%	1,7%	0,6%	2,1%	1,3%	1,0%	1,1%	0,9%	1,3%	51,2%	51,2%	51,6%	51,3%	51,6%
de14a24anos	-4,6%	-8,2%	-7,4%	-9,1%	-8,8%	0,1%	0,9%	1,8%	-0,3%	0,1%	-0,5%	-0,2%	0,1%	0,5%	0,2%	49,6%	50,2%	50,3%	49,2%	49,7%
de25a59anos	-0,4%	-1,1%	-1,3%	-1,5%	-1,7%	1,2%	1,3%	1,3%	0,9%	1,1%	0,4%	0,4%	0,8%	1,0%	1,0%	80,6%	80,8%	81,1%	80,8%	80,9%
maisde59anos	4,7%	2,2%	1,8%	-0,5%	1,0%	5,4%	3,8%	3,2%	1,3%	2,7%	4,3%	2,9%	3,0%	2,0%	2,6%	41,7%	41,7%	41,7%	41,6%	41,8%
Não Chefe Família	-0,7%	-2,2%	-1,1%	-1,6%	-1,3%	1,8%	2,1%	3,3%	2,4%	3,0%	0,9%	0,6%	1,3%	1,1%	1,3%	56,3%	56,9%	57,3%	57,0%	57,5%
Chefe Família	0,8%	-0,8%	-2,0%	-3,3%	-3,0%	2,0%	1,3%	0,1%	-1,1%	-0,8%	2,2%	1,7%	1,4%	1,4%	1,4%	68,4%	67,9%	67,6%	67,1%	66,8%
fund_incomp	-2,1%	-4,2%	-3,4%	-5,9%	-8,8%	-0,5%	-1,5%	-0,6%	-3,2%	-5,3%	-0,5%	-0,6%	0,5%	-0,1%	-2,3%	46,6%	46,5%	46,2%	45,1%	44,8%
fund_comp	-3,4%	-6,9%	-7,5%	-11,0%	-7,7%	-1,5%	-3,4%	-3,5%	-7,1%	-4,0%	-2,3%	-3,8%	-3,3%	-4,9%	-1,9%	58,7%	58,1%	58,4%	57,4%	58,3%
medio_incomp	-4,4%	-9,6%	-10,3%	-6,2%	3,7%	-1,2%	-2,3%	-2,7%	1,1%	11,5%	-0,2%	-2,4%	-2,9%	0,8%	10,1%	53,9%	52,8%	53,9%	54,5%	55,3%
medio_comp	-0,1%	1,3%	1,6%	2,3%	0,2%	2,1%	5,1%	5,1%	5,9%	3,8%	2,5%	4,4%	4,3%	5,3%	3,1%	74,7%	74,6%	75,2%	75,5%	75,6%
superior	6,5%	3,1%	2,0%	0,6%	4,6%	7,9%	5,2%	4,3%	2,3%	6,2%	8,2%	4,5%	3,5%	2,1%	5,7%	79,6%	79,8%	80,1%	79,9%	80,4%
RM	0,2%	-1,7%	-1,8%	-3,1%	-3,0%		1,3%	1,1%	-0,6%	-0,2%	1,5%	0,8%	1,2%	1,1%	1,3%	60,1%	60,1%	60,0%	59,2%	59,3%
NRM	-0,2%	-1,2%	-1,2%	-1,6%	-1,0%	1,4%	2,4%	2,7%	2,7%	3,3%	1,4%	1,4%	1,5%	1,3%	1,4%	63,0%	63,3%	63,8%	64,0%	64,3%